



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVEMBRO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Central de Licitações, Contratos e Administração

EDITAL PREGÃO Nº. 09/2025
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR LOTE
ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E CULTURA

1

O **MUNICÍPIO DE QUINZE DE NOVEMBRO, RS**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVEMBRO, RS**, com sede na Rua Gonçalves Dias, 875, inscrito no CNPJ sob nº 91.574.764/0001-46, torna público que será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS, EXCLUSIVA PARA MEI (MICRO-EMPREENDEDOR INDIVIDUAL), ME (MICRO-EMPRESA) OU EPP (EMPRESA DE PEQUENO PORTE)** por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (internet), através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico < <https://bllcompras.com/> >, a ser dirigido por pregoeiro nas dependências do Departamento de Licitações e Contratos, para:

Prestação de serviços de arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal, Edição 2025, na categoria Masculino: Primeira Divisão, Segunda Divisão, Veterano, Infantil Mirim e Fraldinha e categoria Feminina: Adulto, Infantil e Mirim, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

Regem a presente licitação a Lei Federal 14.133/2021.

As Propostas de Preços serão recebidas no período de **18 de junho de 2025 a 03 de julho de 2025, até as 09h00min** (horário de Brasília), no site supramencionado.

O início da Sessão de Disputa de Preços (Lances) será no **dia 03 de julho de 2025, às 09h01min horas** (horário de Brasília), no site supramencionado.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos na Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico < <https://bllcompras.com/> > e no site da Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro, RS www.quinzedenovembro.rs.gov.br. Informações poderão ser obtidas na Central de Licitações, Contratos e Administração, cujo endereço está no rodapé do Edital, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 horas às 11:45 horas e das 13:30 horas às 17:00 horas, pelo telefone (54) 3322-1510 ou pelo email licitacoes15novembro@gmail.com.

Quinze de Novembro, RS, 16 de junho de 2025.

MARCOS LUIS PETRI
Prefeito Municipal

DELVIO JUNG
Advogado OAB.RS 60.020

VIVIANE DENISE JANK HORBACH
Pregoeira

Capital do Turismo Regional “Terra das Águas” na Rota das Terras
Rua Gonçalves Dias, 875 – (54) 3322-1500 – CEP 98230-000 – QUINZE DE NOVEMBRO – RS
E-mail: licitacoes15novembro@gmail.com – Site: www.quinzedenovembro.rs.gov.br



DO OBJETO

Prestação de serviços de arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal, Edição 2025, na categoria Masculino: Primeira Divisão, Segunda Divisão, Veterano, Infantil Mirim e Fraldinha e categoria Feminina: Adulto, Infantil e Mirim EXCLUSIVA PARA MEI (MICRO-EMPREENDEDOR INDIVIDUAL), ME (MICRO-EMPRESA) OU EPP (EMPRESA DE PEQUENO PORTE) conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

1.1 O presente processo licitatório visa atender as necessidades do Secretaria de Educação, Desporto e Cultura mediante contratação de serviços profissionais de arbitragem.

São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência
- b) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços Final

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação, as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação que se enquadrem como MEI (MICRO-EMPREENDEDOR INDIVIDUAL), ME (MICRO-EMPRESA) OU EPP (EMPRESA DE PEQUENO PORTE) que atenderem todas as exigências constantes neste Edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas na Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico < <https://bllcompras.com/> >.

2.2 - Em estrita observância e cumprimento ao disposto no Decreto Municipal nº 3033/2025, de 13 de junho de 2025, que define a abrangência geográfica das expressões “âmbito local” e “âmbito regional” para fins de aplicação dos artigos 47 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006, a participação nesta licitação exclusiva para Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) fica expressamente restrita e limitada às empresas que comprovem possuir sede ou filial legalmente estabelecida dentro dos seguintes âmbitos geográficos:

- **a) Âmbito Local ou Municipal:** Compreende os limites geográficos do Município de Quinze de Novembro, RS.
- **b) Âmbito Regional:** Compreende os limites geográficos dos Municípios de Alto Alegre, Barros Cassal, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Campos Borges, Carazinho, Colorado, Coqueiros do Sul, Cruz Alta, Espumoso, Fontoura Xavier, Fortaleza dos Valos, Ibirapuitã, Ibirubá, Itapuca, Jacuizinho, Lagoa dos Três Cantos, Mormaço, Não Me Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, São José do Herval, Selbach, Soledade, Tapera, Tio Hugo, Tunas,



Tupanciretã, e Victor Graeff – integrantes da área de abrangência do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO ALTO JACUÍ E ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ RS | COMAJA RS - acrescidos das cidades de Ijuí, Panambi, e Passo Fundo, RS.

2.3 - A comprovação da sede ou filial no âmbito local ou regional, conforme o caso, deverá ser feita mediante a apresentação de documentação pertinente, como o comprovante de inscrição no CNPJ, no momento da habilitação, que ateste o endereço de estabelecimento da empresa em um dos municípios listados acima, de acordo com a sua classificação de participação (local ou regional).

2.4 Será vedada a participação de:

Empresas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação; Empresas impedidas de licitar, contratar e/ou transacionar com a Administração Pública direta ou indireta; Empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer Autoridade Competente para tanto; Empresas sob processo de falência e concordata; Empresas que tenham servidor ou dirigente da secretaria requisitante; Empresas consorciadas.

A participação na presente licitação implica a aceitação plena das condições expressas neste Edital e seus Anexos

3. DO CREDENCIAMENTO NA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

3.1 Serão utilizados para a realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes, com plena visibilidade para o(a) Pregoeiro(a) e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – Internet.

3.2 A realização do procedimento estará a cargo da Pregoeira e da Bolsa de Licitações e Leilões, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

3.3 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do certame deverão dispor de um cadastro prévio junto a Bolsa de Licitações e Leilões.

3.3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Capital do Turismo Regional “Terra das Águas” na Rota das Terras
Rua Gonçalves Dias, 875 – (54) 3322-1500 – CEP 98230-000 – QUINZE DE NOVEMBRO – RS
E-mail: licitacoes15novembro@gmail.com – Site: www.quinzedenovembro.rs.gov.br



3.3.3 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Passo Fundo, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4 Como requisito para a participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências previstas no Edital e seus Anexos.

3.4.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital e na legislação vigente.

3.5 O licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para cadastrar proposta e/ou dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições da referida proposta/lance, e caso essa proposta/lance seja a classificada, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

3.6 O licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.7 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8 Todos os custos decorrentes do credenciamento na Bolsa de Licitações e Leilões, da elaboração e apresentação de propostas, serão de responsabilidade do licitante.

4. DOS PROCEDIMENTOS

4.1 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar, **exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no Edital, a proposta de preços em conformidade com o subitem 8.3, até a data e hora estabelecidos, quando, então, se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1 Os documentos de habilitação e a proposta de preços deverão estar no formato PDF.

4.1.2 Os documentos de habilitação e a proposta do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público somente após o encerramento da sessão pública de lances.



4.2 **Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema. Após o início da sessão pública do pregão eletrônico não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado.**

4.3 Para inserção de sua proposta inicial, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento do objeto, constante neste Edital e seus Anexos.

4.3.1 No campo "**MARCA**" da proposta eletrônica, deverá ser especificada **uma única marca** para o item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo "diversas", "marcas diversas", ou quaisquer outras.

4.3.2 No campo "**FABRICANTE**" da proposta eletrônica, deverá ser especificado **um único fabricante** para o item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo "diversas", "fabricantes diversos", ou quaisquer outras.

4.3.3 No campo "**DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM**" da proposta eletrônica, deverão ser incluídas somente informações que complementem a especificação do produto.

4.4 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/06, deverão clicar SIM no campo "Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP conforme Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência".

4.4.1 Caso a empresa assinale a opção NÃO, a mesma será tratada sem os benefícios da Lei Complementar 123/06.

4.5 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos do Edital e/ou que forem manifestamente inexequíveis.

4.5.1 O julgamento das propostas será feito pelo **menor valor unitário do Lote**, de acordo com o especificado no Anexo I.

4.5.2 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

4.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pela Pregoeira.

4.7 Somente as propostas classificadas pela Pregoeira participarão da etapa de envio de lances.

4.8 O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

4.8.1 No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.



4.9 Aberta a etapa competitiva (sessão pública de lances), o licitante poderá encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

4.9.1 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, considerando o **valor unitário do item**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

4.10 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.10.1 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

4.11 Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas), poderá tê-lo cancelado pela Pregoeira através do sistema.

4.12 Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, o licitante será informado em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

4.13 A etapa de lances da Sessão Pública será no **modo de disputa Aberto e Fechado**, conforme art. 33 do Decreto Federal 10.024/2019.

4.13.1 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

4.13.2 Encerrado o prazo previsto no subitem 4.13.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

4.13.3 Encerrado o prazo de que trata o subitem 4.13.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

4.13.4 Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem 4.13.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

4.13.5 Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 4.13.3 e 4.13.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

4.13.6 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 4.13.3 e 4.13.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 4.13.5.

4.13.7 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a Pregoeira poderá, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 4.13.6.



4.14 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.14.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.15 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06.

4.16 Encerrada a sessão de lances, o sistema verificará a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

4.16.1 Entende-se como empate ficto, as situações em que as propostas apresentadas pela microempresa ou empresa de pequeno porte sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

4.17 Ocorrendo o empate ficto, na forma do subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta inferior àquela considerada até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

4.17.1 Se a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresentar nova proposta inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do subitem 4.16.1, a apresentação de nova proposta no prazo previsto no subitem anterior.

4.18 Se nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do subitem 4.17, será declarado melhor classificado do item/lote o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

4.19 O disposto nos subitens 4.16 a 4.18 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

4.20 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

4.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

4.21.1 O licitante que receber solicitação de negociação deverá responder dentro do prazo estipulado na sessão pela Pregoeira.



4.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.22 Concluída a negociação, o licitante melhor classificado deverá encaminhar via sistema, através de campo próprio na Bolsa de Licitações e Leilões - BLL, a proposta adequada ao último lance ofertado (em conformidade com o subitem 8.3) e, se necessário, os documentos complementares, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação da Pregoeira no sistema.

4.22.1 A proposta de preços atualizada e os documentos complementares deverão estar no formato PDF.

4.23 Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para aquisição do objeto e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

4.24 A Pregoeira poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.24.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

4.25 Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

4.26 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

4.27 A Pregoeira poderá suspender ou reabrir a sessão pública a qualquer momento, justificadamente.

4.28 O sistema eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões disponibilizará as Atas e Relatórios, que poderão ser visualizados e impressos pelos interessados.

4.29 - Serão consideradas de preços excessivos as propostas que apresentarem valores superiores – após a sessão de lances e negociação direta - aos valores previstos na planilha estimativa constante do presente edital.

4.29-. A desclassificação não será de pronto, pois ainda ocorrerá a fase de lances e negociação direta. Apenas ao final do certame, em fase negocial, permanecendo o valor da proposta (POR ITEM) acima do valor máximo estipulado e, negando-se o vencedor a reduzir seu valor, então, o pregoeiro a desclassifica.



5. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- a. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira em até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através da Bolsa de Licitações e Leilões -BLL.
 - I. A Pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.
 - II. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- b. As impugnações aos termos do Edital do pregão serão recebidas até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, através da Bolsa de Licitações e Leilões -BLL. **O horário limite para recebimento das impugnações é às 17 horas da data especificada no sistema**, considerando o horário de expediente desta Administração.
 - I. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.
 - II. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- c. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.
 - I. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal 14.133/2021, devendo o licitante manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso.
 - II. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela Pregoeira.
- d. O licitante que manifestar a intenção de recurso e a mesma ter sido aceita pela Pregoeira, disporá o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, exclusivamente por meio eletrônico, através da Bolsa de Licitações e Leilões -BLL.
- e. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias, contados da data final do prazo do recorrente.
- f. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência do direito desse direito, e a Pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- g. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- h. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como aqueles encaminhados por meios que não a Bolsa de Licitações e Leilões.



- i. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- j. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados na Bolsa de Licitações e Leilões -BLL, que será atualizado automaticamente a cada nova etapa do certame.

6. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA DE PREÇOS

- a. O licitante interessado em participar do certame deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no Edital e a proposta de preços, na forma e no prazo especificado nos subitens 4.1 e 4.1.1.
- b. O licitante classificado em primeiro lugar deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado e, se necessário, os documentos complementares, na forma e no prazo especificado nos subitens 4.22 e 4.22.1.
- c. O licitante que deixar de apresentar a documentação, apresentar documentação falsa ou não mantiver sua proposta, será inabilitado do certame e ficará passível da aplicação de multa, assim como a decretação da suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Quinze de Novembro, RS.

7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- a. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome e CNPJ do licitante, e em plena validade na data de abertura do certame.
 - I. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
 - b. Não serão aceitos protocolos, documentos não autenticados, nem documentos com prazo de validade vencido.
 - I. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, exceto Comprovante de Inscrição no CNPJ e Atestado de Qualificação Técnica (quando este for solicitado).
 - II. Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Pregoeira.
- c. As declarações assim como a proposta de preços, deverão estar assinadas pelo sócio-administrador do licitante ou por seu representante legal.
 - I. Em caso de representante legal, deverá ser apresentado o instrumento público ou particular de procuração, com firma do outorgante reconhecida, em que conste o nome do licitante outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do



outorgado e a indicação de amplos poderes para a formulação de propostas, para dar lance(s) em licitação pública e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

d. **O licitante deverá apresentar a seguinte documentação para habilitação:**

I. **Documentos pertinentes à Capacidade Jurídica:**

1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, já adequados a Lei Federal 10.406/02.
 - a. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações do mesmo, desde que já adequado a Lei Federal 10.406/02.
2. Cédula de Identidade e Registro Comercial, no caso de empresa individual.
3. Decreto da Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ata de Registro ou Autorização para Funcionamento, expedida pelo órgão competente.

II. **Documentos pertinentes à Regularidade Fiscal:**

1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas (CNPJ).
2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, inclusive quanto às contribuições sociais (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).
3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.
5. Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), fornecida pela Justiça do Trabalho.

III. **Documentos pertinentes a Qualificação técnica**

1. Atestado No mínimo 01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido (s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando a atuação com bom desempenho da empresa na modalidade de Futsal.

Obs.: Entende-se por comprovação de notório saber e correspondências de entidades idôneas o Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação. O documento deve ser assinado e apresentado em papel timbrado ou com o carimbo do CNPJ da entidade contratante, contendo, obrigatoriamente as seguintes informações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVEMBRO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Central de Licitações, Contratos e Administração

**NOME DA EMPRESA CONTRATANTE, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO
COM TELEFONE;
NOME E CARGO DO SIGNATÁRIO DO ATESTADO;
NOME DA EMPRESA CONTRATADA;
DATA DE EMISSÃO DO ATESTADO;
MODALIDADE ARBITRADA E TIPO DO EVENTO.**

12

2. Relação de no mínimo 10 árbitros com cursos de formação, que irão atuar no campeonato, contendo nome completo dos árbitros, data de nascimento, RG, telefone e endereço;
3. Comprovante individual ou coletivo do Curso de formação junto a Federação Gaúcha de Futebol de Salão e ou Federações filiadas a CBFS e CBF7, dos profissionais que irão atuar na arbitragem, anexando fotocópia do diploma/certificado e carteira de identidade (frente e verso);

IV. Declarações:

1. Declaração de que o licitante não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:
 - a. Que não foi declarado inidôneo por ato da Administração Pública;
 - b. Que não está suspenso de participar em licitações e impedido de contratar com o Município de Quinze de Novembro, RS;
 - c. Que não foi apenado pelo Município de Quinze de Novembro, RS com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 02 (dois) anos;
 - d. Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal 14.133/2021.
2. Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.
3. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas.
4. Declaração de comprovação, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar 123/06, ou certidão simplificada do enquadramento de ME ou EPP expedida pela Junta Comercial.
- e. **Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06:**

Capital do Turismo Regional “Terra das Águas” na Rota das Terras
Rua Gonçalves Dias, 875 – (54) 3322-1500 – CEP 98230-000 – QUINZE DE NOVEMBRO – RS
E-mail: licitacoes15novembro@gmail.com – Site: www.quinzedenovembro.rs.gov.br



- I. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida, inclusive de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
 - a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.
 - b) A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- a. A proposta de preços eletrônica deverá ser apresentada com base no “**VALOR UNITÁRIO DO LOTE**”, exclusivamente mediante o cadastramento no sistema PREGÃO ELETRÔNICO, **no período de 18 de junho de 2025 a 03 de julho de 2025, até as 09h00min** (horário de Brasília).
- I. A proposta de preços deverá conter o **PREÇO UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM OFERTADO**, conforme unidades e quantidades mencionadas no Anexo I, expresso em reais com, no máximo, **02 (duas) casas decimais**, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.
- II. Os campos “MARCA”, “FABRICANTE” e “DESCRIÇÃO DETALHADA DO ITEM” deverão ser preenchidos de acordo com os subitens 4.3.1 a 4.3.3 deste Edital.
- b. Deverão estar incluídas no preço e/ou lance, todas as despesas que o compõe, tais como impostos, taxas, frete, descarga, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.
- c. A proposta de preços deverá ser apresentada no formato PDF, em papel timbrado da empresa, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato), identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa. Deverá conter ainda:
 - I. Descrição completa e detalhada de cada item classificado;
 - II. Especificação do preço unitário e total de cada item classificado, expresso em reais, com, no máximo, 02 (duas) casas decimais;
 - III. Especificação do valor total da proposta, em numeral e por extenso;
 - IV. Declaração de que o preço proposto compreende todas as despesas referentes ao objeto do presente certame, conforme subitem 8.2;



- V. Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de sua apresentação;
- VI. Especificação do prazo de entrega do objeto.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

14

9.1. O pagamento do objeto licitado será efetuado em 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas no valor de 25 % do total, com intervalos de 30 dias, da seguinte forma:

- 1ª parcela – em até 10 dias após a realização de arbitragem de 45 jogos;
- 2ª parcela – em até 10 dias após a realização de arbitragem de 90 jogos;
- 3ª parcela – em até 10 dias após a realização de arbitragem de 135 jogos;
- 4ª parcela – em até 10 dias após a realização de arbitragem de todos os jogos.

9.2.1 Independentemente da atividade exercida, o contribuinte que pratique operações de saída de mercadorias com destino a outra unidade da Federação (operações interestaduais) e fornecimento de mercadorias para a Administração Pública, passará a ser obrigado a emitir **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**, a partir de 01/12/2010, conforme Protocolo ICMS nº 85, de 09/07/2010.

9.3 O licitante vencedor deverá emitir a Nota Fiscal em moeda corrente do país, **com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no processo licitatório.**

9.4 A Nota Fiscal somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

9.5 Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

9.6 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade, sendo descontadas dos pagamentos devidos pela Administração.

9.7 A inadimplência do licitante vencedor com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município de Quinze de Novembro a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.

9.8 **Para fins de pagamento, o licitante vencedor deverá, no momento da entrega da Nota Fiscal, informar e manter atualizado, junto ao Setor de Tesouraria (Departamento de Finanças), o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar no nome e CNPJ do licitante.**



10 DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 Os serviços serão executados conforme as especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência e dentro dos padrões estabelecidos em conformidade com as solicitações e exigências do Departamento Municipal Desporto, a qual compete gerir e fiscalizar o cumprimento de todos os termos do CONTRATO, implicando a não observância dessa condição na recusa dos referidos serviços, sem prejuízo das sanções administrativas aplicáveis, não se responsabilizando o CONTRATANTE por qualquer indenização.

15

11 DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente processo de licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE DESPORTO

07.004 – ASSESSORIA DE DESPORTO

2781201032.030000 Manutenção das atividades do Desporto e Lazer

339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica

Despesa 1806 - 1500

12. DAS SANÇÕES E DAS PENALIDADES

- a. O licitante vencedor ficará passível da aplicação das sanções e penalidades previstas na Lei Federal 14.133/2021, aplicáveis isolada ou conjuntamente, nas seguintes situações:
 - i. **Pela não apresentação da documentação de habilitação, proposta de preços e amostras** (quando forem solicitadas), **pela apresentação de documentação falsa** ou **pela não manutenção da proposta**, por parte do licitante detentor da melhor oferta:
 - I. Advertência;
 - II. Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;
 - III. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Quinze de Novembro, RS, pelo prazo de até 02 (dois) anos.
 - ii. **Pela oferta de produto e/ou serviço em desacordo com as especificações constantes no Edital:**
 - I. Advertência;
 - II. Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do item ofertado em desacordo.



iii. **Pela recusa na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, dentro no prazo previsto no Edital:**

I. Advertência;

II. Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens recusados;

III. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Quinze de Novembro, RS, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

iv. **Pelo atraso na entrega do objeto e/ou execução dos serviços, além do prazo previsto no Edital:**

I. Advertência;

II. Multa diária na razão de 1% (um por cento) sobre o valor total dos itens não entregues, por dia de atraso, a contar do primeiro dia após o término do prazo previsto para entrega do objeto;

III. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Quinze de Novembro, RS, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

v. **Pela entrega do objeto e/ou execução dos serviços em desacordo com o solicitado no Edital:**

I. Advertência;

II. Multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos itens entregues em desacordo, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias úteis para a efetiva adequação;

III. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Quinze de Novembro, RS, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

vi. **Por causar prejuízo material** resultante diretamente de execução contratual:

I. Advertência;

II. Ressarcimento ao erário;

III. Multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da proposta;

IV. Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Quinze de Novembro, RS, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

b. Nos termos da Lei Federal 14.133/21, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e ter cancelado o Registro Cadastral de Fornecedores do Município de Quinze de Novembro, RS, nos casos de:

- a) não assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços;
- b) não entregar a documentação exigida no Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do Contrato;
- g) fraudar a execução do Contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVEMBRO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Central de Licitações, Contratos e Administração

- i) declarar informações falsas; e
 - j) cometer fraude fiscal.
- c. Da aplicação das penas previstas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá poder ser enviado por e-mail ou protocolado no Protocolo Central do Município de Quinze de Novembro, RS.
- d. O recurso ou o pedido de reconsideração, relativos às penalidades acima dispostas, será dirigido à Autoridade Competente para decisão.

17

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a. A apresentação da proposta pelo licitante, implica plena aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura o licitante for declarado vencedor, ao cumprimento de todas as disposições contidas no certame.
- b. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e/ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- c. Nenhuma indenização será devida ao licitante por apresentar documentação, proposta e/ou amostra relativa ao presente certame.
- d. No interesse da Administração, sem que caiba ao licitante qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:
 - a) Adiada sua abertura;
 - b) Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para realização do certame.
- e. A Administração poderá optar por apenas uma proposta, rejeitá-las, anular ou revogar a licitação nos casos previstos em lei, sem que, por este motivo, tenha o licitante direito a qualquer reclamação ou indenização.
 - f. O resultado desta licitação será lavrado em ata eletrônica, a qual ficará disponível nos sites nos sites <https://bllcompras.com/> e www.quinzedenovembro.rs.gov.br (Licitações e Contratos: <https://www.quinzedenovembro.rs.gov.br/licitacao>).
- g. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, as partes elegem o Foro da Comarca de Ibirubá, RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- h. Os casos omissos ao presente Edital serão dirimidos pela Pregoeira.

Quinze de Novembro, RS, 20 de maio de 2025.

MARCOS LUIS PETRI

Prefeito Municipal

Capital do Turismo Regional “Terra das Águas” na Rota das Terras
Rua Gonçalves Dias, 875 – (54) 3322-1500 – CEP 98230-000 – QUINZE DE NOVEMBRO – RS
E-mail: licitacoes15novembro@gmail.com – Site: www.quinzedenovembro.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVOEMBRO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Central de Licitações, Contratos e Administração

DELVIO JUNG

Advogado OAB.RS 60.020

VIVIANE DENISE JANK HORBACH

Pregoeira



Anexo I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico nº 09/2025

1 – OBJETO

- 1.1 – O objeto do presente contrato é a Prestação de serviços de arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal, Edição 2025, na categoria Masculino: Primeira Divisão, Segunda Divisão, Veterano, Infantil Mirim e Fraldinha e categoria Feminina Adulto, Infantil e Mirim.
- 1.2 – As especificações necessárias encontram-se neste Anexo.

1.3 – Termo de Referência:

1.3.1. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD DE JOGOS	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal, Edição 2025, na categoria Masculino: Primeira Divisão, Segunda Divisão, Veterano, Infantil Mirim e Fraldinha e categoria Feminina Adulto, Infantil e Mirim	164	R\$ 40.016,00	R\$ 40.016,00
Composição do Lote 01				
1.1	Arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal, na categoria Masculino: Primeira Divisão, Segunda Divisão, Veterano, e categoria Feminina Adulto	119	R\$244,00	R\$ 29.036,00
1.2	Arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal, na categoria Infantil masculino e feminino, Mirim e fraldinha masculino	45	R\$244,00	R\$ 10.980,00



1.3.2. DO OBJETO:

1.3.2.1 - Executar os serviços de arbitragem conforme a tabela de jogos fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura.

1.3.2.2 - Manter a equipe de árbitros devidamente uniformizada e identificada.

1.3.2.3 - Portar os instrumentos necessários à perfeita execução dos serviços de arbitragem.

1.3.2.4-Atender solicitações, conforme alterações na Tabela de Jogos, previamente comunicadas, dentro dos novos horários estabelecidos.

1.3.2.5- Atuar em conformidade com as normas operacionais do Departamento Municipal de Educação e Desporto;

1.3.2.6- Estar no local dos jogos com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos ao horário determinado pela tabela de jogo, para o início do jogo/competição, sob pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor da partida.

1.3.2.7 Relatar corretamente em súmula as principais ocorrências verificadas na competição.

1.3.2.8 Providenciar a entrega da(s) súmula(s) do(s) jogo(s) logo após a sua realização, ao Departamento Municipal de Educação e Desporto no prazo máximo de 02 (duas) horas, no caso de ocorrências que exijam relatórios mais extensos/detalhados.

1.3.2.9 Zelar pelas instalações, edificações e equipamentos colocados à disposição para realização dos jogos/competições.

2 . DA EQUIPE TÉCNICA:

2.1. A empresa deverá apresentar o quadro de árbitros com capacidade técnica para dirigir os jogos.

2.2 - Deve apresentar uma relação de mínimo **10 ÁRBITROS COM CERTIFICADO DE CURSO DE ARBITRAGEM.**

2.3 - A Licitante deverá fornecer na fase de habilitação os seguintes documentos:

a) relação contendo nome completo dos árbitros, data de nascimento, RG, telefone e endereço;

Capital do Turismo Regional “Terra das Águas” na Rota das Terras
Rua Gonçalves Dias, 875 – (54) 3322-1500 – CEP 98230-000 – QUINZE DE NOVEMBRO – RS
E-mail: licitacoes15novembro@gmail.com – Site: www.quinzedenovembro.rs.gov.br



b) comprovante individual ou coletivo do Curso de formação junto a Federação Gaúcha de Futebol de Salão e ou Federações filiadas a CBFS e CBF7, dos profissionais que irão atuar na arbitragem, anexando fotocópia do diploma/certificado e carteira de identidade (frente e verso);

c) No mínimo 01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido (s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando a atuação com bom desempenho da empresa na modalidade de Futsal.

21

*Obs.: Entende-se por comprovação de notório saber e correspondências de entidades idôneas o **Atestado de Capacidade Técnica** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação. O documento deve ser assinado e apresentado em papel timbrado ou com o carimbo do CNPJ da entidade contratante, contendo, obrigatoriamente as seguintes informações:*

- **NOME DA EMPRESA CONTRATANTE, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO COM TELEFONE;**
- **NOME E CARGO DO SIGNATÁRIO DO ATESTADO;**
- **NOME DA EMPRESA CONTRATADA;**
- **DATA DE EMISSÃO DO ATESTADO;**
- **MODALIDADE ARBITRADA E TIPO DO EVENTO.**

2.4 – Poderá o Departamento Municipal de Educação e Desporto, mediante análise da lista nominal e documentação apresentada pelo licitante, solicitar a substituição de árbitro que não atenda aos requisitos acima.

2.5 - No caso de ingresso de novo árbitro ao quadro do licitante durante a realização do campeonato, tal fato deverá ser comunicado por escrito ao Departamento Municipal de Educação e Desporto, para análise.

2.6 - Todos os árbitros bem como os auxiliares e anotadores deverão estar uniformizados e possuírem todos os materiais de trabalho, sob pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor da arbitragem do jogo.



2.7 - Nas competições serão adotadas as regras oficiais da modalidade, mais o que dispuser o regulamento específico da competição, sendo exigido das equipes/atletas o uniforme e equipamentos obrigatórios.

22

2.8 - O tempo de jogo e demais especificações da modalidade Futsal, será disputada conforme as regras oficiais, salvo disposição em contrário.

2.9 - A equipe de arbitragem deverá ser composta com o número oficial de árbitros (juízes, fiscais, auxiliares), conforme determinam as regras oficiais da modalidade Futsal, ou aquela que o Departamento Municipal de Educação e Desporto assim o exigir.

3. PRAZOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços de arbitragem deverão ser prestados sempre que solicitados pelo Departamento Municipal de Educação e Desporto, que ficará responsável pelos agendamentos e avisos prévios de jogos e respectivos horários.

3.2 Os jogos serão realizados em sua maioria, conforme cronograma de turnos e horários definidos na tabela, podendo mediante solicitação do Departamento Municipal de Educação e Desporto, ocorrer eventuais alterações no decorrer das competições.

3.3 A licitante vencedora deverá arcar com todas as despesas de transporte, eventual hospedagem e alimentação dos árbitros, auxiliares, fiscais e anotadores até o local dos respectivos jogos, sem ônus algum para o Departamento Municipal de Educação e Desporto.

3.4 Nos casos de dependências desportivas impossibilitadas para a realização do jogo/rodada, o Departamento Municipal de Educação e Desporto comunicará com antecedência mínima de 04 (quatro) horas a não realização do jogo/rodada. Nestes casos não haverá pagamento deste jogo/rodada.

3.5 Haverá multa de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor do jogo ou rodada, sempre que um jogo/rodada tenha iniciado com atraso superior a 05 (cinco) minutos, por motivação da contratada, ou ainda sua equipe não se apresente uniformizada.



2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Da justificativa para enquadramento como bens e serviços comuns

EMBORA A LEI DO PREGÃO NOS FORNEÇA UM CONCEITO DO TIPO ABERTO SOBRE O QUE SEJA COMUM, APÓS ANALISAR TRÊS ASPECTOS, QUAIS SEJAM: A POSSIBILIDADE DE PADRONIZAR O OBJETO POR MEIO DE CRITÉRIOS OBJETIVOS DE DESEMPENHO E QUALIDADE COMUNS NO MERCADO CORRESPONDENTE; SE HAVIA DISPONIBILIDADE NO MERCADO, E VERIFICADO SE AS ESPECIFICAÇÕES ADOTADAS ERAM USUAIS NESTE MESMO MERCADO, A PRESENTE AQUISIÇÃO FOI CONSIDERADA COMUM, UMA VEZ QUE NADA MAIS SÃO QUE ITENS PRODUZIDOS EM LINHA PELAS INDÚSTRIAS, E VERIFICOU-SE QUE AS ESPECIFICAÇÕES ERAM USUAIS NESSE MERCADO.

3. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens\serviços comuns de que trata a Lei nº 14.133/2023, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

4. Conforme advoga Marçal Justen Filho, in verbis: “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.

5. Portanto, a definição de “bens e serviços comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda os que possam ser objetivamente descritos, sendo este o entendimento do Tribunal de Contas da União. Podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

6. A decisão por registrar preços deu-se pelo fato de o Município não ter a exatidão da demanda que será necessária, em vem em consonância com as regras previstas no art. 5 inc XLV da Lei Federal 14.113/2021.

7. A licitação em tela, objeto deste Termo de Referência, será levada a cabo por meio de seleção de propostas pela modalidade de licitação **PREGÃO ELETRÔNICO** e pelo tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Demais informações / esclarecimentos referentes ao objeto do presente certame, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Quinze de Novembro, RS www.quinzedenovembro.rs.gov.br. Informações poderão ser obtidas na Central de Licitações, Contratos e Administração, cujo endereço está no rodapé do Edital, de



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVEMBRO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Central de Licitações, Contratos e Administração

segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo telefone (54) 3322-1510 ou pelo email licitacoes15novembro@gmail.com.

Quinze de Novembro, 16 de junho de 2025.

24

MARCOS LUIS PETRI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVOEMBRO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Central de Licitações, Contratos e Administração

Minuta de contrato

Pregão Presencial nº 09/2025

Menor Preço por item

25

MUNICÍPIO DE QUINZE DE NOVOEMBRO, RS, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVOEMBRO, RS, com sede na Rua Gonçalves Dias, 875, inscrito no CNPJ sob nº 91.574.764/0001-46, representado pela Prefeito Municipal,, como contratante, e, inscrita no CNPJ sob nº, com sede em, na Rua, neste ato representada por, como contratada, celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em observância ao processo de Licitação **Pregão Eletrônico n.º 09/2025**, regendo-se pela Federal 14.133/21 e suas alterações, pelo Código Civil Brasileiro e legislação estadual pertinente, assim como pelas condições do Edital, pelos termos da proposta e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E EXECUÇÃO

1.1. O objeto do presente contrato é a Prestação de serviços de arbitragem do Campeonato Municipal de Futsal, Edição 2025, nas categorias Masculino: Primeira Divisão, Segunda Divisão, Veterano, Infantil, Mirim e Fraldinha, e Categoria Feminino: Adulto, Infantil e Mirim, de acordo com as especificações constantes do Anexo I e da proposta da CONTRATADA que, independentemente de transcrição, integram este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E PAGAMENTO

2.1. O CONTRATANTE pagará a quantia total de R\$, da seguinte forma:

2.1.1 - O pagamento do objeto licitado será efetuado em 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas no valor de 25 % do total, com intervalos de 30 dias, da seguinte forma:

- 1ª parcela – em até 10 dias após a realização de arbitragem de 45 jogos;
- 2ª parcela – em até 10 dias após a realização de arbitragem de 90 jogos
- 3ª parcela – em até 10 dias após a realização de arbitragem de 135 jogos;
- 4ª parcela – em até 10 dias após a realização de arbitragem de todos os jogos.

Capital do Turismo Regional “Terra das Águas” na Rota das Terras
Rua Gonçalves Dias, 875 – (54) 3322-1500 – CEP 98230-000 – QUINZE DE NOVOEMBRO – RS
E-mail: licitacoes15novembro@gmail.com – Site: www.quinzedenovembro.rs.gov.br



2.2 - O preço é considerado completo e abrange todos os tributos impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.

2.3 - O CONTRATANTE poderá, nos termos do art. 31, parágrafo 1º da Lei 8212/91, reter importâncias devidas à CONTRATADA até a regularização de suas obrigações sociais, trabalhistas e contratuais.

2.4 - O pagamento será creditado em favor da(s) licitante(s) vencedora(s), na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

2.5 – Não haverá reajustamento de preço.

2.6 – O preço aqui ajustado apresenta o constante da proposta.

2.7 - O pagamento será creditado em favor da(s) licitante(s) vencedora(s), na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

2.8 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal em favor da licitante vencedora. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. A empresa considerada vencedora terá o prazo máximo de **04 MESES** contínuos (tempo contínuo previsto para a duração do campeonato) para a execução dos serviços de arbitragem contratado, a qual foi declarada vencedora, contados a partir da contratação.

3.2 – **O prazo de vigência do contrato será de 08 (oito) meses, visando a cobertura de eventuais paralizações no andamento do campeonato de futsal, bem como, visando a manutenção de responsabilidades por parte do contratado.**

CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO

4.1 – O objeto licitado será supervisionado pelo servidor **Evaldir Dresch Klein**, Assessor de Desportos, desde logo designado para acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados.

4.2 – O servidor responsável pelo recebimento do material licitado, poderá recusar o objeto licitado entregue em desacordo com as especificações constantes no edital, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



5.1 - Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas.

5.2 - Constitui obrigação do CONTRATANTE:

a - Proporcionar todas as facilidades para que a empresa possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;

b - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto licitado em desacordo com as especificações do Termo de Referência e pela proposta de preços da empresa;

c - Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

d – Designar servidor para acompanhar o recebimento e/ou supervisão do objeto deste instrumento, em conformidade com as especificações e valores cotados.

27

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Constitui direito da CONTRATADA receber o valor ajustado, na forma e prazo convencionados.

6.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a – Cumprir fielmente as obrigações definidas no contrato, de forma que o objeto deverá ser executado de acordo com as exigências neles contidas;

b - Todas as despesas relativas a materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, combustíveis ou fretes, transportes horizontais ou verticais, impostos, taxas e emolumentos e leis sociais correrão por conta da Empresa;

c – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

d - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal;

e - atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato;

f - manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

g - apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo as exigências da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas;

h - cumprir a legislação pertinente às relações que se estabeleçam com terceiros, eximindo-se a Prefeitura de quaisquer responsabilidades decorrentes desses contratos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, previstos no art. 77 da Lei 14.133/2021, em caso de rescisão administrativa.



7.2. Este contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 14.133/2021;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS

8.1. A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

- a) advertência;
- b) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após a comunicação oficial;
- c) multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao contratante pela não execução parcial ou total da nota de empenho;
- d) suspensão do direito de participar de licitações e contratos com a Administração por até 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, ressalvado o direito de defesa.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

07 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE DESPORTO

07.004 – ASSESSORIA DE DESPORTOS

2781201032.030000 Manutenção das atividades do Desporto e Lazer

339039 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa jurídica

Despesa 1806 - 1500

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Capital do Turismo Regional “Terra das Águas” na Rota das Terras
Rua Gonçalves Dias, 875 – (54) 3322-1500 – CEP 98230-000 – QUINZE DE NOVEMBRO – RS
E-mail: licitacoes15novembro@gmail.com – Site: www.quinzedenovembro.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUINZE DE NOVEMBRO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Central de Licitações, Contratos e Administração

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ibirubá, RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente ajuste.

E por estarem plenamente ajustados, e de acordo com as cláusulas supra transcritas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma, teor e valor, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produza de imediato, seus jurídicos e legais efeitos.

29

Quinze de Novembro, RS,

.....
Prefeita Municipal - p/Contratante.

.....
Representante Legal - p/Contratada.

Visto e Aprovação da Minuta de Contrato:

Delvio Jung
Assessor Jurídico OAB.RS 60.020
Em __ / __ / ____

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Nome
CPF

Nome
CPF